COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DELEGAÇÃO PERMANENTE EM BRUXELAS PARA ACOMPANHAR E IMPLEMENTAR PRÁTICAS DE REPRESENTAÇÃO A FAVOR DA CIM VISEU DÃO LAFÕES JUNTO DE INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA**

# CADERNO DE ENCARGOS

## PARTE I

## CLÁUSULAS JURÍDICAS

### Cláusula 1ª - OBJETO

O presente procedimento consiste na aquisição de serviços de delegação permanente em Bruxelas para acompanhar e implementar práticas de representação a favor da CIM Viseu Dão Lafões junto de Instituições da União Europeia, que se encontra detalhado na Parte II – Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.

### Cláusula 2ª - PRAZO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Os serviços a prestar terão a duração de 24 meses, após a assinatura do contrato.

### Cláusula 3ª - PREÇO BASE

1. O preço contratual apresentado pelo concorrente contém todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CIM Viseu Dão Lafões, sendo o preço base fixado em 10.000,00€ (dez mil euros) que será acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor;

2. Serão excluídas as propostas, cuja análise revele o constante do nº 2 do artigo 70º CCP.

### Cláusula 4ª - SANÇÕES CONTRATUAIS

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a CIM Viseu Dão Lafões pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma apresentado pelo concorrente e aprovado pela CIM Viseu Dão Lafões, até 1% do preço contratual por cada semana de atraso.

**Cláusula 5ª - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FATURAÇÃO**

1. O pagamento será efetuado a 60 (sessenta dias) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. O Adjudicatário apresentará a fatura acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.

3. Serão deduzidas, no pagamento a fazer ao Adjudicatário, as importâncias necessárias à liquidação das sanções contratuais que lhe tenham sido aplicadas.

4. Caso a fatura apresentada não mereça aprovação da Entidade Adjudicante, porque não esteja conforme com o contratado, esta comunicará tal decisão ao Adjudicatário que deverá apresentar outra em substituição, devidamente corrigida.

A fatura deverá incluir os seguintes elementos:

- Incidência do IVA, em separado;
- Emissão em nome da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões;
- Edição em 2 exemplares, sendo um carimbado "ORIGINAL".

**Cláusula 6ª - SIGILO**

1. O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da Entidade Adjudicante.

2. O Adjudicatário deve limitar o acesso às informações confidenciais aos seus empregados, funcionários e contratados que tenham de recorrer às mesmas para correta execução do Contrato e assegurar que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade nos termos em que esta é exigível ao Adjudicatário.

3. No final da execução do presente Contrato, o Adjudicatário entregará à Entidade Adjudicante todos os documentos por si utilizados ou preparados para a realização dos serviços prestados.

4. Todos os elementos documentais referidos no número anterior passarão a ser propriedade da Entidade Adjudicante sem prejuízo para direitos de autor e de direitos de propriedade industrial que o Adjudicatário ou qualquer sociedade em relação de grupo ou de domínio tenha sobre os mesmos.

5. Consideram-se excluídos das disposições anteriores:

a) Os documentos e informações que sejam ou se tornem do conhecimento público, sem que o Adjudicatário de tal facto seja ou possa ser considerado direta ou indiretamente responsável;
b) Os documentos e informações que estejam, no momento da sua comunicação, já em posse do Adjudicatário e não sejam objeto de restrições ou limitações;
c) Os documentos e informações recebidos pelo Adjudicatário de Terceiros que não exijam ao Adjudicatário compromisso de confidencialidade.

**Cláusula 7ª - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato.

**Cláusula 8ª - RESPONSABILIDADE POR TERCEIROS**

1. O Adjudicatário, salvo por dolo ou negligência não será responsável por qualquer incumprimento em que terceiros incorram a título de atraso, cumprimento defeituoso, ou incumprimento definitivo e seja qual for a natureza dos danos produzidos.

2. Sempre que o Adjudicatário sofra impedimentos na execução dos serviços para que foi contratado, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de ocorrência, informar a Entidade Adjudicante de modo a esta ficar habilitada a tomar providências que estejam ao seu alcance. Em qualquer caso, o risco corre por conta do Adjudicatário.

**Cláusula 9ª - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

**Cláusula 10ª - REPRESENTANTES DO ADJUDICATÁRIO E DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

1. As relações de Entidade Adjudicante com o Adjudicatário processar-se-ão através de representante a designar pela Entidade Adjudicante. O Adjudicatário indicará, até 10 (dez) dias úteis após a adjudicação, o seu representante junto da entidade Adjudicante, com poderes para resolver a generalidade dos assuntos emergentes do Contrato.

2. A Entidade Adjudicante poderá fazer-se representar por assessores e/ou outras entidades de sua escolha, no acompanhamento da prestação de serviços.

**Cláusula 11ª - PESSOAL**

1. É da responsabilidade do Adjudicatário a seleção e o recrutamento de todo o pessoal especializado, não especializado e auxiliar para a direção e a execução da sua prestação de serviços, assim como todos os encargos e despesas com esse pessoal, nomeadamente, de viagem, alojamento, alimentação, deslocações diárias, ajudas de custo, subsídios diversos, etc.

2. O recurso a horas suplementares, ou trabalho em dias feriado ou de descanso semanal, por parte do pessoal do Adjudicatário, são do seu encargo, não podendo ser faturado à Entidade Adjudicante, com exceção de solicitação expressa e fundamentada da Entidade Adjudicante e em caso de ocorrência de força maior, nos termos em que se encontra fixada no presente Caderno de Encargos.

3. O Adjudicatário é obrigado a manter nos locais de trabalho, a disciplina e boa ordem do pessoal ao seu serviço.

**Cláusula 12ª - SUBCONTRATADOS E TAREFEIROS**

1. A responsabilidade pela execução de todos os serviços prestados e contratados será sempre do Adjudicatário e só dele, o qual deverá submeter, com a Proposta, as empresas com quem venha a subcontratar a execução de parte dos serviços que constituem a presente prestação.

2. Caso se verifique a necessidade de o Adjudicatário recorrer, por razões de natureza excecional, à subcontratação ou execução de tarefas por Terceiros, requererá, para os casos em que tal não esteja claramente indicado na sua Proposta, prévia autorização à Entidade Adjudicante, fazendo acompanhar esse pedido dos elementos comprovativos da necessidade invocada e da capacidade e competência do Subcontratado ou Tarefeiro que propõe, sendo os eventuais atrasos derivados de autorização exclusivamente imputáveis ao Adjudicatário.

**Cláusula 13ª - PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTADAS**

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

3. O Adjudicatário é responsável por qualquer violação das normas legais ou direitos de terceiros em relação a patentes, modelos de utilidade, marcas, modelos e desenhos industriais direitos de autor ou direitos conexos, bem como quaisquer direitos de propriedade intelectual por ele utilizados, em que incorra no âmbito do presente Contrato.

**Cláusula 14ª - RESOLUÇÃO DO CONTRATO**

1. O incumprimento do Contrato por qualquer das Partes contratantes, dará à Parte não faltosa o direito de o resolver nos termos gerais do direito.

2. Para efeitos do número anterior, a Entidade Adjudicante notificará por escrito o Adjudicatário para sanar as deficiências assinaladas no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

3. Não se verificando sanadas as deficiências notificadas, a Entidade Adjudicante poderá resolver então o contrato, operando-se a resolução na data da receção da referida notificação.

4. O incumprimento do prazo para a prestação de serviços dá direito à Entidade Adjudicante de proceder à resolução automática do presente contrato operando-se esta resolução na data de receção da notificação por parte do Adjudicatário.

5. Com a receção da notificação o Adjudicatário deve iniciar, de imediato, todas as diligências que lhe permitam cessar a prestação de serviços.

6. Caso a Entidade Adjudicante venha a resolver o Contrato, o Adjudicatário deverá indemnizar a Entidade Adjudicante pelo valor dos danos e prejuízos a este causados em virtude do comportamento faltoso.

7. A resolução do Contrato, por qualquer razão, não prejudicará ou afetará os direitos constituídos e os deveres e responsabilidades assumidas por qualquer dos outorgantes.

**Cláusula 15ª - FORO COMPETENTE**

1. No caso de divergência relativo à interpretação, execução ou cumprimento de obrigações emergentes do presente Contrato, os Outorgantes, obrigam-se a procurar uma solução consensual.

2. Qualquer litígio ou diferendo será submetido à apreciação dos responsáveis máximos dos Outorgantes, que envidarão todos os esforços para obter uma solução consensual.

3. Se no prazo de 30 dias após o início da situação de diferendo, se frustrar a tentativa de resolução referida no número anterior, o litígio ou diferendo será decidido por recurso ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com renúncia expressa a qualquer outro.

**Cláusula 16ª - PREVALÊNCIA**

1. Fazem parte integrante do contrato o caderno de encargos, a carta convite e a proposta do Adjudicatário.

2. Em caso de dúvidas aplicam-se as regras de prevalência definidas pelos números 5 e 6 do art° 96° do CCP.

**Cláusula 17ª - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 18ª - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no CCP.

**PARTE II**

**CLÁUSULAS TÉCNICAS**

**Especificações Técnicas**

**Cláusula 19ª – DESCRIÇÃO**

No âmbito da aquisição de serviços de delegação permanente em Bruxelas para acompanhar e implementar práticas de representação a favor da CIM Viseu Dão Lafões junto de Instituições da União Europeia, deverão ser desenvolvidas, dentro de cada uma das atividades, as seguintes tarefas:

*Pacto para a Vitalidade das Pequenas e Médias Cidades*

O Pacto VITALITY OF SMALLER EUROPEAN CITIES POLICY PACT constitui a afirmação da CIM para um tema Europeu importante que necessita de uma liderança para o próximo período 2020-2027. Esta atividade prevê a atualização e evolução do Pacto, compreendendo as seguintes tarefas:

1 - Atualização/renovação do documento, considerando o carácter estratégico e face a recentes desenvolvimentos no âmbito dos fundos de apoio às cidades, o documento necessita de ser atualizado; para tal, deverão ser utilizadas fontes, como:

a. Leipzig Charter (a versão de 2007 revista será disponibilizada no segundo semestre de 2020), em temas como: Green City, Just City, Productive city, de entre outros;
b. Agenda Urbana Europeia;
c. Pacto Verde Europeu (European Green Deal);
d. Os três grandes temas da política da nova Comissão Europeia: clima, tecnologia e economia;
e. Novo quadro de Fundos Estruturais e Europeus
f. Outros

2 - Utilização do Pacto como impulsionador das ações do serviço, servindo de enquadramento às iniciativas 2020/21, nomeadamente: missões, recolha de informação chave, abordagem à Presidência Europeia 2021 nas estruturas regionais e nacionais, suporte para o desenvolvimento de outras estratégias no âmbito das atividades da CIM.

3 - Apoio na definição de um roadmap de divulgação por entidades institucionais, redes de influência e associativa sectorial e institucional, coordenadores de projetos Europeus, outros contactos nomeadamente em Estados-Membros em que o tema seja relevante.

4 - Participação em eventos, seminários, workshops, conferências em Bruxelas, em representação da CIM, bem como a monitorização das atividades do Parlamento Europeu, Conselho Europeu e Comissão Europeia no âmbito desta temática.

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

*Presidência Europeia 2021*

A Presidência Portuguesa do Concelho Europeu durante o primeiro semestre de 2021 constitui uma oportunidade de Portugal, e em particular da CIM se promover, influenciando a agenda temática, organizando eventos locais, dando visibilidade a boas-práticas locais. Posto isto, deverão ser asseguradas as seguintes tarefas:

1 - Disponibilizar informação sobre a organização da Presidência Europeia, recorrendo a fontes nacionais e europeias.

2- Assessorar em contactos e diligências junto de atores envolvidos na preparação e implementação de ações no âmbito da Presidência Europeia, permitindo que a CIM possa formular convites para eventos a serem realizados na sua região, bem como em participar nestas iniciativas promovidas pela CIM ou intermediar com representantes em Bruxelas ligados à Presidência Europeia.

*Acesso a informação-chave e networking*

Esta atividade compreende as seguintes tarefas:

1 - Atualização do documento "Who is Who", tendo em conta a nova Comissão Europeia e chefias de Direções Gerais.

2 - Divulgação de informação sobre instrumentos financeiros post-2020: Pesquisa e seleção de instrumentos e oportunidades de financiamento; deverão ser enviados alertas sobre abertura de avisos enquadrados nos diversos programas de financiamento, ou oportunidades concretas de participação em projetos sempre que aplicável.

3 - Informação estratégia: Mapeamento de boas práticas identificadas em cidades e regiões europeias e que podem constituir um benchmarking para a CIM; mapeamento de pessoas chave nas Instituições Europeias; apresentação de documentação sobre os programas, políticas e legislação do interesse da região.

4 - Alertas sobre eventos (ex. European Week of Regions and Cities, 12 a 15 outubro).

5 - Apoio na identificação e registo em redes Europeias com temáticas de interesse para a CIM (ex. EUKIN, SERN, …).

6 - Uma sessão de sensibilização e informação da equipa da CIM e dos Municípios associados sobre instrumentos de financiamento Europeu, em formato a definir entre as partes.

**Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões**
Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16
3460-613 TONDELA
**Tel:** (+351) 232 812 156; **Fax:** (+351) 232 812 157
**Url:** http://www.cimvdl.pt; email: secretariado@cimvdl.pt

*Missões internacionais*

Deverão ser organizadas duas missões para os representantes da CIM, em formato a definir entre as partes, as quais terão os seguintes objetivos:

(i) Divulgar e sensibilizar para as recomendações identificadas no Pacto;
(ii) Aumentar o conhecimento sobre o novo Quadro Comunitário de financiamentos;
(iii) Tomar conhecimento de grandes iniciativas prioritárias da Comissão Europeia (ex. Green Deal, Urban Agenda, …);
(iv) Interagir com políticos e técnicos que vão operacionalizar a nova agenda Europeia.

Nota: A empresa a contratar será responsável pela preparação prévia das reuniões, logística no local, definição de agenda, temáticas, bem como, o desenvolvimento da estratégia de intervenção e comunicação.

**Cláusula 20ª - CONTROLO DE QUALIDADE**

Não serão aceites quaisquer elementos ou informações que não respeitem as condições constantes nas Peças do Procedimento deste Ajuste Direto.